

**ATA N.º 3/2020**

\_\_\_\_\_ Aos **vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte**, nesta Vila de Alcanena, Cine Teatro São Pedro de Alcanena, devido à situação pandémica existente no nosso País, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão ordinária, convocada por edital datado de datado de dez do corrente mês de julho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Antes de dar início aos trabalhos, e considerando que a Primeira Secretária não iria participar na presente sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que fosse o Deputado Bruno Quaresma a assegurar as funções de Segundo Secretário, considerando que a Segunda Secretária passou a ocupar o lugar, na presente sessão, de Primeira Secretária. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade dos presentes:** - Aprovado o proposto. \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Mesa ficou assim constituída:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Presidente:** - Silvestre Luciano Gonçalves Pereira; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Primeira Secretária:** - Inácia Cristina Avelino Rodrigues; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Segundo Secretário:** - Bruno Miguel Simões Quaresma Santos. \_\_\_\_\_

**ORDEM DE TRABALHOS – RESUMO DAS DELIBERAÇÕES**

\_\_\_\_\_ **PONTO 1 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira, Relação de Processos Judiciais em curso** (para conhecimento) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 2 – ATAS:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **- Ata n.º 2/2020, da Sessão Ordinária, realizada no dia 05/06/2020** (para deliberação) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada a Ata número dois/dois mil e vinte, da Sessão Ordinária, realizada no dia cinco de junho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 3 - Pedido de utente para frequentar gratuitamente as piscinas para ele e para a esposa que tem incapacidade de 80% e tem de ser acompanhada** (Para deliberação) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção de pagamento da frequência nas

Piscinas Municipais de Alcanena, por motivos de incapacidade física e insuficiência económica, comprovada pelos Serviços Sociais do Município. A isenção é extensível a um acompanhante, pois comprovadamente a requerente não tem autonomia para frequentar sozinha as piscinas. \_\_\_\_\_

**PONTO 4 – Isentar do pagamento das taxas de ocupação dos terrados da Feira Semanal de Alcanena, durante o mês de junho de 2020 (para deliberação)**

**Deliberação tomada por unanimidade:** - Ratificada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção do pagamento das taxas de ocupação dos terrados da Feira Semanal de Alcanena, durante o mês de junho de dois mil e vinte, considerando que a Feira encerrou a dezassete de março de dois mil e vinte, tendo os feirantes pago a totalidade das taxas referentes ao mês de março e apenas reabriu a três de junho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

**PONTO 5 - Desistência da ocupação do lugar n.º 44, na Feira Semanal de Alcanena - Isentar do pagamento das taxas de ocupação do terrado do mês de julho de 2020 (Para deliberação)**

**Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção do pagamento das taxas de ocupação do terrado do mês de julho de dois mil e vinte, referente ao lugar número quarenta e quatro, na Feira Semanal de Alcanena, por a feirante que ocupava aquele lugar não ter comparecido em nenhuma feira do mês de junho e ter desistido do mesmo, por motivos de saúde e devido à situação de pandemia provocada pelo COVID-19 que o país atravessa. \_\_\_\_\_

**PONTO 6 - Aplicação de uma redução de 50 % à renda devida pela empresa Ibero Life, relativamente ao restaurante dos Olhos de Água (Para deliberação)**

**Deliberação tomada por unanimidade:** - Ratificada a aplicação de uma redução de cinquenta por cento à renda devida pela empresa Ibero Life, Limitada, nos contratos celebrados com o Município de Alcanena, em virtude de: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - No dia quatro de abril de dois mil e vinte, ter sido solicitada, por parte do titular, a antecipação do termo do Contrato Concessão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - No dia vinte de maio de dois mil e vinte, ter sido solicitado por parte do requerente, ao contrário do anteriormente referido, o desejo em manter o contrato de concessão até à data previamente definida, trinta de setembro de dois mil e vinte,

informando, contudo, que, devido às medidas restritivas em vigor, apenas mantinha em funcionamento o Quiosque, para venda de gelados, bebidas, bolos, sandes e cafés; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A Câmara Municipal de Alcanena, ter deliberado, na sua Reunião realizada em um de junho de dois mil e vinte, que não pretende renovar o contrato de concessão acima mencionado, pelo que o mesmo caducará no seu termo normal, sendo o último dia de vigência o dia trinta de setembro de dois mil e vinte, facto comunicado por Ofício, em carta registada, a três de julho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - O Restaurante estar encerrado, por imposição da legislação e das diretivas emanadas pela Direção-Geral de Saúde e pelo Governo Português, durante o Estado de Emergência, no âmbito da Covid-19; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A exploração do equipamento se tornar economicamente inviável face à redução em cinquenta por cento da taxa de ocupação do espaço, de acordo com as regras do desconfinamento gradual em curso e do Estado de Alerta atualmente em vigor, nesta região. \_\_\_\_\_

**PONTO 7 - Contas Consolidadas do Município de Alcanena - ano de 2019 (Para deliberação)**

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por maioria, com onze abstenções e dezasseis votos a favor:** - \_Apreciados e aprovados os Documentos das Contas Consolidadas do Município de Alcanena, referentes ao ano de dois mil e dezanove. \_\_\_\_\_

**PONTO 8 - Proposta de Transferência de Competências do Município para as Freguesias - Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril (Para deliberação)**

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por maioria com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor:** - Aprovadas, considerando os pareceres enviados pelas sete Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia, as transferências de competências para as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia, conforme o disposto no número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, nomeadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A gestão e manutenção de espaços verdes; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados (com exceção da feira e mercado municipal de Alcanena); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A transferência de recursos financeiros com vista ao exercício das competências acima referidas, será posteriormente formalizada através de um Auto de Transferência de Recursos no montante global de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), para o ano de dois mil e vinte e um, e distribuído da seguinte forma: \_\_\_\_\_

Freguesia / União de Freguesias	Valor	Valor a atribuir €	Valor	Valor	Valor	VALOR TOTAL	Valor Mensal
	<b>Espaços Verdes</b> a), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros</b> b), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Mobiliário Urbano</b> c), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Estabelecimentos Educação (40% Edifícios)</b> e), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Estabelecimentos Educação (60% Envolventes)</b> f), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>A ATRIBUIR</b>	
<b>União das Freguesias de ALCANENA e VILA MOREIRA</b>	22 381	45 236	11 122	3 364	5 046	<b>87 149</b>	<b>7 262</b>
<b>BUGALHOS</b>	17 724	27 106	8 990	841	1 261	<b>55 922</b>	<b>4 660</b>
<b>União das Freguesias de MALHOU, LOURICEIRA e ESPINHEIRO</b>	36 356	59 895	18 955	2 103	3 154	<b>120 463</b>	<b>10 039</b>
<b>MINDE</b>	25 593	45 042	8 978	6 728	10 092	<b>96 433</b>	<b>8 036</b>
<b>MOITAS VENDA</b>	9 330	18 701	4 333	841	1 262	<b>34 467</b>	<b>2 872</b>
<b>MONSANTO</b>	18 804	26 185	10 897	841	1 262	<b>57 989</b>	<b>4 832</b>
<b>SERRA DE SANTO ANTÓNIO</b>	11 469	23 427	8 476	1 682	2 523	<b>47 577</b>	<b>3 965</b>
<b>Total</b>	<b>141 657</b>	<b>245 592</b>	<b>71 751</b>	<b>16 400</b>	<b>24 600</b>	<b>500 000</b>	<b>41 667</b>

\_\_\_\_\_ Aprovadas, também, ao abrigo do número três, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, as competências que devem manter-se no âmbito de intervenção do Município, conforme Proposta da Câmara Municipal sobre a Transferência de Competências do Município de Alcanena para as Freguesias, nomeadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ g) A utilização e ocupação da via pública; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ j) A autorização da colocação de recintos improvisados; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 9 - Proposta de Afetação ao domínio público de 2 prédios urbanos, no âmbito da empreitada n.º 04/DPGOM/2020 – “Demolição de Casa Degradada na Rua da Cova em Alcanena e Arranjo Urbanístico Envolvente”** (Para deliberação) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Autorizar a Afetação ao Domínio Público Municipal dos dois prédios urbanos a demolir, para criação de espaço de estacionamento e melhoria de acesso ao edifício dos Serviços Sociais do Município e a seguir identificados, ratificando todo o processado, nos termos do disposto na alínea q) do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prédio urbano, sito na Rua da Cova, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo duzentos e doze, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo seiscentos e oitenta e três, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil oitocentos e setenta e oito, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena pela apresentação mil setecentos e trinta e seis de sete de fevereiro de dois mil e treze; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prédio urbano, sito na Rua Doutor Manuel de Arriaga, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo cento e cinquenta, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo quatrocentos e setenta e cinco, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil trezentos e quarenta e dois, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena pela inscrição G-Dois, apresentação um, de vinte e três de abril de dois mil e três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 10 – Abertura de Procedimento de Consulta Prévia APR n.º 03/2020 - Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente Ano Letivo 2020/2021** (Para deliberação)

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Autorizada a Assunção de Compromissos Plurianuais, referentes ao Procedimento de Consulta Prévia, APR número zero três/dois mil e vinte - Fornecimento e Distribuição Agregado de Refeições Escolares, em regime de confeção local e transportadas a quente - Ano Letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, com consulta a todas as entidades selecionadas no Acordo Quadro celebrado através da Central de Compras da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com o preço base a fixar para o presente procedimento, bem como o valor para efeitos da escolha e competência de autorização a despesa, de 238.493,15€ (duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e noventa e três euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Atendendo ao valor do preço base fixado estima-se a seguinte Repartição de Encargos: \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte: 108.054,72 (cento e oito mil e cinquenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos) com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e um: 161.442,54€ (cento e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 11 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 08/04/2020 a 03/06/2020 (para conhecimento)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

\_\_\_\_\_ Pelas vinte horas cinquenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **a) - Análise dos pedidos de suspensão** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **1 - Pedido de substituição apresentado por Patrícia Jeremias Rita Dinis.**

\_\_\_\_\_ Presente o e-mail datado de dezassete de julho corrente, no qual a Deputada Patrícia Jeremias Rita Dinis, eleita pela CDU – Coligação Democrática Unitária, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos pessoais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o **Senhor José Carlos Pereira**, cidadão seguinte na ordem da respetiva lista, o qual compareceu e **foi a vaga preenchida**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2 – Pedido de substituição apresentado por Albino do Rosário Martinho.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente o e-mail datado de dezassete de julho corrente, no qual o Deputado Albino do Rosário Martinho, eleito pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Carlos Alberto Bento Ferreira, candidato seguinte na respetiva lista o qual informou que não podia comparecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, foi convocado o Senhor **Carlos Manuel Ferreira Correia**, candidato seguinte na respetiva lista, e **foi a vaga preenchida** pelo mesmo, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **3 - Pedido de substituição apresentado por Maria Margarida Duque Pessegueiro.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente o e-mail datado de dezoito de julho corrente, no qual a Deputada **Maria Margarida Duque Pessegueiro**, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos pessoais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora **Maria Fernanda Dias Pereira da Costa**, candidato seguinte na respetiva lista, e **foi a vaga preenchida** pelo mesmo, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **4 - Pedido de substituição apresentado por Patrícia Santos Louro Anacleto.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente o e-mail datado de vinte de julho corrente, no qual a Deputada Patrícia Santos Louro Anacleto, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos pessoais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao pedido de substituição referido, foram convocados os Senhores João Paulo Gomez Moreira Fernandez, Luís Miguel Ferreira Rodrigues e Alberto Antunes Henriques, cidadãos seguintes na ordem da respetiva lista, os quais informaram que não podiam comparecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, foi convocada a Senhora **Maria Margarida Rodrigues Ferreira**, candidata seguinte na respetiva lista, a qual não compareceu. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **5 - Pedido de substituição apresentado por Cristina Maria Graça Marques.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente o e-mail datado vinte de julho corrente, no qual no qual a Deputada Cristina Maria Graça Marques, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos pessoais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora Maria Graça Vieira Agostinho Luís Jorge, candidata seguinte na respetiva lista a qual informou que não podia comparecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, foi convocado o Senhor **Hélder de Almeida Manha**, candidato seguinte na respetiva lista, e foi a vaga preenchida pelo mesmo, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ **Pelas vinte e uma horas, procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, sendo feito o respetivo registo verificando-se a presença de vinte e sete**  
**Membros:** Hélder de Almeida Manha, Inácia Cristina Avelino Rodrigues, Rui Fernando Anastácio Henriques, Joaquim de Jesus Carmo Gomes, Artur Jorge da Silva Martinho, Bruno Miguel Simões Quaresma Santos, Maria do Carmo Piteira Fernandes, Ivo Monteiro dos Santos, Moisés de Jesus Morgado, Paulo Jorge Marques Frazão, Luís Miguel Brites Saca, José Manuel Henriques Paiva, Carlos Manuel Ferreira Correia, Carla Maria Jorge Batista, Maria de Lurdes da Silva Gaião Monteiro, José Carlos Pereira, Pedro Miguel Mendonça Costa, Maria da Luz Pena Manha, Fernanda Maria Dias Pereira da Costa, José Luís Gomes Ramos, Joaquina de Fátima Espiguinha Proença Ramalho, Álvaro Santos Capaz Gonçalves, Samuel Marques Frazão, Marlene Vieira Agostinho Carvalho, António Armando Frazão Silva, Lina Maria Davide Silva Louro e Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Presidente da Assembleia Municipal. \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Faltou a Deputada Municipal:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Maria Margarida Rodrigues Ferreira \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **- Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Encontravam-se presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **- Presidente da Câmara:** Fernanda Maria Pereira Asseiceira \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **- Vereadores:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Gabriel de Oliveira Feitor \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Luís Miguel Martins Pires \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Maria João Martins Antunes Gomez \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Hugo André Silva Ferreira Santarém \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Óscar Manuel Justo Pires \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **b) - Leitura resumida do expediente e dos pedidos de informações ou esclarecimentos e respetivas respostas que tenham sido formuladas no intervalo das Sessões da Assembleia.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** fez uma leitura resumida do expediente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** deu destaque ao convite para participação no Primeiro Congresso da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais que se realizará em Braga, a dezanove de setembro próximo. Considerando

que estavam a decorrer as inscrições, disse que iria enviar aos deputados para que se manifestassem quanto ao interesse ou não de participarem no mesmo. \_\_\_\_\_

**c) Votação de propostas de voto de louvor, de congratulações, de saudação, de protesto ou de pesar que sejam apresentados por qualquer membro** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, dado que não houve tempo útil para se remeter o teor dos Votos de Pesar que se propuseram à votação na presente sessão, colocou à consideração dos presentes a aceitação da inclusão dos Votos de Pesar pelo falecimento de Jocelino Godinho Ribeiro e de Luís Miguel Carvalho Pedro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada a inclusão dos Votos de Pesar pelo falecimento de Jocelino Godinho Ribeiro e de Luís Miguel Carvalho Pedro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **1 - Voto de Pesar a Jocelino Godinho Ribeiro** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **“VOTO DE PESAR - JOCELINO GODINHO RIBEIRO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Jocelino Godinho Ribeiro, nasceu em Vila Moreira a três de junho de mil novecentos e trinta e três, no seio de uma família Republicana. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O seu avô e grande mentor, Joaquim Ribeiro Júnior, terá sido uma forte influência na sua formação pessoal e construção dos ideais que defendia, baseados no lema "Pela Liberdade e pela Democracia". \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Defensor da Liberdade em todas as suas formas de expressão, ainda no pré Vinte e Cinco de Abril, participou em diversas ações anti ditadura, nomeadamente, no Congresso de Aveiro em mil novecentos e setenta e três e na Sessão de Esclarecimento, em Castelo Branco, ocorrida no ano seguinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No âmbito político e já no pós Vinte e Cinco de Abril, foi sempre figura ativa na comissão organizadora local, tendo participado em diversos eventos comemorativos e em sessões de esclarecimento que se realizaram ao longo dos anos em Vila Moreira, sendo defensor acérrimo dos ideais que professava. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para além de outros cargos exercidos na Junta de Freguesia de Vila Moreira, foi Presidente da referida Junta de Freguesia nos períodos de sete de janeiro de mil novecentos e noventa e dois a vinte e oito de dezembro de mil novecentos e noventa e três e de seis de janeiro de mil novecentos e noventa e quatro a trinta de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, sempre eleito em representação do Partido Socialista, partido que respeitou até morrer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Homem culto e apaixonado por tudo o que a Vila Moreira dizia respeito, integrou, por diversas vezes, a direção do Centro Recreativo e Desportivo Moreirense,

da Associação Cultural Vilamor e de várias Comissões dos Festejos Cívicos de Vila Moreira, sempre com o principal objetivo de garantir a sua continuidade, por representarem parte da história que caracteriza o povo desta pequena localidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais recentemente participou em dois teatros de revista levados à cena pela Associação ASSIM – Associação de Solidariedade Social Interventiva Moreirense, onde desempenhou papéis em diversas cenas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colaborou na elaboração e correção de uma revista sobre a Freguesia de Vila Moreira, editada com a colaboração da Academia Sénior de Alcanena dois mil e doze/dois mil e treze e na edição Número cento e vinte e cinco da Associação de Numismática Portuguesa (maio/agosto dois mil e dezassete) com um artigo sobre a Emissão e cunho da moeda e impressão de nota em papel (fichas), que circulava na rede comercial dos Irmãos Dias, de Casais Galegos, e em alguns lugares da região. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em dois mil e dezoito iniciou a escrita de um livro que pretendia editar com o relato de factos verídicos da história de Vila Moreira, mas a doença privou-o de concluir este sonho, restando o manuscrito de uma obra inacabada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais recentemente, a vinte e nove de junho de dois mil e vinte, por ocasião da cerimónia para celebrar os Cem Anos da Freguesia de Vila Moreira, foi homenageado pela União de Freguesias Alcanena e Vila Moreira e pela Câmara Municipal de Alcanena. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Jocelino Godinho Ribeiro, homem de afetos, ideais e valores, respeitava todos com quem se relacionava. O seu legado permanecerá em todas as pessoas que em algum dia se cruzaram no seu caminho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Faleceu, no dia vinte e dois de julho de dois mil e vinte, aos oitenta e sete anos de idade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal de Alcanena, em homenagem a Jocelino Godinho Ribeiro, pela sua dedicação e entrega à terra e à comunidade que o viu nascer - Vila Moreira, aprova um Voto de Pesar pelo seu falecimento.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento de Jocelino Godinho Ribeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2 - Voto de Pesar a Luís Miguel Carvalho Pedro** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **“VOTO DE PESAR - LUIS MIGUEL CARVALHO PEDRO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Faleceu, no dia oito de julho de dois mil e vinte, aos quarenta e oito anos de idade, Luis Miguel Carvalho Pedro, Chefe de Agrupamento de Escuteiros oitocentos e sessenta e sete-Alcanena. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Luis Miguel Carvalho Pedro, nascido em Alcanena a dez de dezembro de mil novecentos e setenta e um, ingressou no Escutismo Católico no ano de mil novecentos e oitenta e cinco, data da fundação do Agrupamento oitocentos e sessenta e sete de Alcanena. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Efetuou a promessa de Pioneiro a sete de dezembro de mil novecentos e oitenta e seis e a de Caminheiro em quatro de fevereiro de mil novecentos e noventa, período durante o qual participou em várias atividades Regionais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em dezembro de mil novecentos e noventa e quatro fez a promessa de dirigente e começou a contribuir para a formação das crianças e jovens de Alcanena, participando em atividades regionais e inter-regionais como as Margaridas, entre outras.

\_\_\_\_\_ Foi nomeado Chefe de Agrupamento do oitocentos e sessenta e sete Alcanena em mil novecentos e noventa e seis. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em mil novecentos e noventa e nove foi convidado para fazer parte da equipa da Junta Regional, onde exerceu funções durante doze anos, inicialmente como Secretário e nos anos seguintes como Chefe Regional Adjunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em dois mil e um tirou o Curso de Adjuntos de Formadores e em dois mil e cinco o Curso de Diretor de Formação o que lhe permitiu, desde esse momento, contribuir para a formação de centenas de dirigentes da Região de Santarém. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em dois mil e doze decidiu por sua vontade voltar para o Agrupamento Mãe que tanto necessitava de reforço a nível de dirigentes, desempenhando as funções de Chefe de Unidade e de Chefe de Agrupamento Adjunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No Agrupamento de Alcanena voltou a exercer funções de Chefe de Agrupamento de dois mil e dezassete até à data do seu falecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao longo da sua vida, enquanto escutista, recebeu várias distinções a nível regional tais como: Nó de Mérito em mil novecentos e noventa e cinco, Louvor Regional; Cruz de São Jorge Bronze (terceira classe), em dois mil e dois e a Cruz de São Jorge Prata (segunda classe), em dois mil e onze. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em dois mil e três representou a Região de Santarém num Fórum Escutista na Eslovénia, assim como esteve em Gillwell Park (berço do escutismo), em Londres, com a Junta Regional de Santarém. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Durante a sua caminhada escutista empenhou-se na participação de várias atividades locais, regionais, nacionais e internacionais, dando especial destaque às celebrações de São Jorge, em Alcanena, nos anos de mil novecentos e noventa e seis e de dois mil e doze, atividade regional nos Pirinéus, em dois mil e dois, sendo o ponto forte a atividade internacional em que teve oportunidade de levar o Agrupamento de

Alcanena à Ilha de Brownsea, Londres, onde foi efetuado o primeiro acampamento escutista pelo Fundador, Baden Powell. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Entre dois mil e catorze e dois mil e dezassete desempenhou funções como Presidente da Mesa do Conselho Regional. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Cidadão empenhado e exemplo da Promessa Escutista, Sempre Alerta para Servir, seguindo sempre um dos lemas do Fundador Baden Powell: “Procurai deixar o mundo um pouco melhor de que o encontraste, quando vos chegar a vez de morrer, podeis morrer felizes sentindo que ao menos não desperdiçastes o tempo e fizestes todo o possível por praticar o bem” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal de Alcanena, em homenagem a Luis Miguel Carvalho Pedro, Chefe de Agrupamento de Escuteiros oitocentos e sessenta e sete Alcanena, pela sua dedicação e entrega à causa escutista, cidadão empenhado na formação de crianças e jovens do concelho de Alcanena e da região, aprova um Voto de Pesar pelo seu falecimento.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Miguel Carvalho Pedro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **d) Votação de recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer Membro ou solicitados pela Câmara** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento de que a CDU – Coligação Democrática Unitária apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal na qual se propõe a isenção das taxas aplicáveis aos Mercados e Feiras Semanais que se realizam em Alcanena e Minde, até ao final de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A referida Recomendação é do seguinte teor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **“RECOMENDAÇÃO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Proposta da isenção do pagamento da taxa de ocupação dos solos aos feirantes até ao final do ano dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A situação excecional provocada pela pandemia de Covid-19 provocou um impacto negativo na economia, nomeadamente na atividade económica dos feirantes. \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Não pode deixar de ser considerado, aliás, que as medidas de combate à transmissão do vírus levaram ao encerramento das feiras semanais e à paragem durante um período alargado da atividade económica dos feirantes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Acresce que a reabertura das feiras semanais ainda não apresenta o dinamismo suficiente para garantir a autossuficiência da atividade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. No Concelho de Alcanena realizam-se: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A Feira semanal na Freguesia de Alcanena, todas as Quartas Feiras; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A Feira semanal na Freguesia de Minde, todos os Sábados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Considerando que as feiras e mercados fazem parte do tecido económico, perante estes tempos difíceis é necessário implementar medidas que limitem os prejuízos que os pequenos comerciantes estão a ter, designadamente os feirantes por forma que consigam continuar a sua atividade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 6. Apesar da aprovação desta isenção resultar em perda de receita municipal, a mesma não põe em causa os orçamentos municipais, traduzindo-se num valor perfeitamente suportável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Atendendo aos considerandos referidos, a Assembleia Municipal de Alcanena reunida a vinte e quatro de julho de dois mil e vinte, delibera: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Propor à Câmara Municipal de Alcanena a isenção do pagamento da taxa de ocupação dos solos aos feirantes nas Feiras Semanais de Alcanena e Minde até ao final do ano de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ivo Monteiro Dos Santos e José Carlos Pereira” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a Recomendação apenas se enquadraria no que diz respeito ao Mercado Municipal de Alcanena, considerando que a gestão do Mercado de Minde é efetuada pela Junta de Freguesia de Minde. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu que, tratando-se de uma Recomendação a Câmara Municipal entende aceitá-la, ou não, e decide no seu âmbito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Deputada Fátima Ramalho**, Presidente da Junta de Freguesia de Minde informou que a Assembleia de Freguesia de Minde já tinha deliberado quanto à isenção do pagamento das taxas referentes aos meses de março, abril, maio e junho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Rui Anastácio** informou que o sentido de vota apenas poderia ser no que respeita à competência da Câmara Municipal dado que, quanto ao Mercado de Minde, teria de ser a Junta de Freguesia a fazer essa proposta à Assembleia de Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Ivo Santos** esclareceu que a Junta de Freguesia será soberana na decisão, mas que a proposta apresentada vai no sentido de dinamizar o Concelho e atividade económica cujo impacto nas contas da autarquia não será muito relevante. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por maioria, com nove abstenções e dezoito votos a favor:** - Aprovada a Recomendação à Câmara Municipal, apresentada pelos eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária, na qual se propõe a isenção das taxas

aplicáveis aos mercados e feiras semanais que se realizam em Alcanena e Minde, até ao final de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Rui Anastácio** esclareceu que a abstenção se devia ao facto de não haver uma separação dos assuntos e que a Assembleia Municipal não tinha competências para efetuar recomendações a uma Assembleia de Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **f) Apreciação de assuntos de interesse local e regional** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Rui Anastácio.** Referiu que os tempos que se vivem obrigam à existência de reflexão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Fez a leitura de uma Declaração sobre o Ambiente, a qual é do seguinte teor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **“DECLARAÇÃO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vinte e quatro de julho de dois ml e vinte \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em mil novecentos e oitenta e nove, criei com um grupo de companheiros de escola o Clube Bio Ecológico Amigos da Vida Selvagem, assumimos como grande prioridade contribuir para acabar com a poluição em Alcanena, fizemos de tudo, debates com membros do Governo, conferências técnicas, denúncias publicas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Fomos a Lisboa, no início da década de noventa, apresentar numa conferência de imprensa as filmagens que recolhemos das descargas ilegais feitas por alguma indústria em diversos ribeiros do concelho. Alguns de vós talvez se recordem, aparecemos em “prime time” em todos os telejornais e o que é certo é que o problema na altura se resolveu. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em mil novecentos e noventa e três, aquando da Presidência Aberta sobre Ambiente, era então presidente Mário Soares, cortamos a estrada em Vila Moreira e obrigamos o autocarro com toda a comitiva a subir à então designada “Lixeira do Fojo”. Estava longe de imaginar que passados 4 anos iria liderar enquanto vereador do ambiente da Câmara de Alcanena o encerramento de todas as lixeiras do Concelho (mandato mil novecentos e noventa e sete-dois mil). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Depois de todos os grandes investimentos feitos no sistema de tratamento de águas residuais ao longo dos anos noventa e do saneamento ambiental feito no aterro das lamas, já na primeira década deste século, assumiu-se como prioridade a recuperação da rede de coletores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Algo de grande importância para o sistema, mas que não iria contribuir para a resolução ou sequer para a atenuação significativa do problema cíclico dos maus cheiros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Afirmei isso em dois mil e seis aquando da vinda do então Secretário de Estado do Ambiente a Alcanena numa iniciativa do Partido Socialista, então na oposição, afirmei isso em dois mil e sete aquando da apresentação da minha candidatura à liderança do partido no qual militava. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Desde essa altura que defendo publicamente que a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena deve ser tratada como se trata uma ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais que esteja dentro de um aglomerado urbano, ou seja confinando e tratando o ar viciado. Desde essa altura que, para mim, ficou claro que sem isso a população de Alcanena continuaria a sofrer e Alcanena continuaria a morrer lentamente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por vezes senti que falava para as paredes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mesmo alguns técnicos me respondiam que a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais se funcionar bem não cheira. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Todos sabemos isso, mas também sabemos que não há ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais nenhuma no mundo que funcione bem vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano. Muito menos uma ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais como a nossa que trata um efluente tão complexo e tão variável. Só para dar um exemplo, basta o simples facto de a Indústria, por contingências de mercado, passar a curtir mais a partir de couro em cabelo e menos a partir de wet blue para que a qualidade e a quantidade do efluente que chega à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais mude radicalmente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em outubro do ano passado defendi nesta sala, mais uma vez, a importância vital, do confinamento e tratamento do ar viciado da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, fico muito satisfeito de, finalmente, ver isso claramente escrito no relatório do Professor Saldanha Matos apresentado este mês. Talvez desta vez a Senhora Presidente e a sua equipa de vereadores se convençam. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O atual Executivo está em funções desde dois mil e nove. Não é inocente e muito menos vítima neste processo. Ainda há alguns meses atrás a Senhora Presidente afirmava, teimosamente, que não estava habituada a “tapar os problemas”, quando se falava em confinar e tratar o ar viciado da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara Municipal não tomou conta deste problema em julho de dois mil e nove. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Isso é uma falsidade total a absoluta. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ A Câmara de Alcanena integrou desde sempre o Conselho de Administração da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e é dona do sistema desde a década de noventa. A Câmara de Alcanena nunca se opôs, que se saiba, à estratégia seguida pela AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, nunca fez nenhuma proposta que saísse derrotada em Conselho de Administração. O atual Executivo é responsável por tudo o que de bom e de mau aconteceu desde dois mil e nove. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sabemos que a Senhora Presidente faltava a muitas das reuniões do Conselho de Administração da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena em que se fazia representar pelo Vereador Hugo Santarém. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sabemos que a Senhora Presidente em dois mil e dezasseis afirmou publicamente, na bonita sessão de inauguração da nova rede de coletores, que, e cito: “até aqui quando tínhamos um evento na rua tínhamos duas preocupações a meteorologia e o cheiro. A partir de agora só nos preocupamos com a meteorologia”. Quando li estas declarações na imprensa fiquei aterrado. Percebi até onde poderia chegar a irresponsabilidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sabia que mais tarde ou mais cedo os maus cheiros iriam voltar. Na realidade, como todos sabemos, mesmo que em menor intensidade nunca nos abandonaram. No verão de dois mil e dezassete os terríveis cheiros voltaram com grande intensidade, nessa altura o Executivo Camarário tinha a desculpa perfeita, era ano de eleições e, portanto, tratava-se claramente de um boicote ao maravilhoso trabalho da Autarquia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Um ano antes, para as inaugurações, Câmara estava de mão dada com os restantes colegas do Conselho de Administração da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, quando os problemas surgiram a culpa passou a ser dos outros. É difícil imaginar tamanha deslealdade com colegas de trabalho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Termino contando uma pequena história, em dois mil e treze, aquando de um jantar de campanha autárquica de um grupo de independentes apoiado pelo PSD - Partido Social Democrata, esteve presente o então Primeiro-ministro Passos Coelho, perguntou-nos antes dos discursos, que prioridade tínhamos para o Concelho de Alcanena. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Respondemos: “resolver o problema dos maus cheiros confinando e tratando o ar viciado da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Perguntou: “há projeto e orçamento para isso? o financiamento que possamos ter tem que ser gasto já, porque o quadro comunitário fecha”. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Respondemos: “infelizmente não há projeto nem orçamento para isso, mas a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e a Câmara têm um projeto para a recuperação da rede de coletores que é importante e para a qual não existe ainda financiamento”. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Resposta do então Primeiro-ministro: “Muito bem, vou anunciar no Jantar que independentemente do resultado eleitoral esse projeto terá financiamento” - nós sabíamos que iríamos perder. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi assim, Senhora Presidente, que os cinco milhões lhe aterraram no regaço. Se lhe tivesse custado mais talvez não tivesse sido tão irresponsável três anos depois. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Senhora está, de há muito a esta parte, numa torre de marfim, rodeada de Vereadores sem força, sem coragem e sem capacidade de tomar decisões. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Oxalá, a população do Concelho de Alcanena consiga resolver o problema.”

\_\_\_\_\_ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos**, referindo que na presente sessão se fez menção à intensidade com que se tem sentido os maus cheiros, o que não era novidade. A questão assume, cada vez mais, proporções mais graves. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Afirmou que existem pessoas nos hospitais doentes, anseia-se por um conjunto de medidas que a Câmara Municipal e a Autarquia vai indicando para resolver o problema, mas que se têm vindo a arrastar. Deu como exemplo as medidas propostas pelo CTIC - Centro Tecnológico das Industrias do Couro, aprovadas por todos, a serem implementas até em julho de dois mil e dezoito e que, à data, muitas não estão concluídas e das quais não existe conhecimento de como estão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mantem-se os maus cheiros. Em dois mil e dezassete afirmou-se que se estava em período eleitoral, em dois mil e dezanove alegou-se ter sido pela saída da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, da gestão do sistema. Dois mil e vinte voltam-se a sentir maus cheiros. Fez-se referencia à colocação de medidores de caudal nas condutas, entre outras. Em resumo, apontaram-se uma série de medidas que estão a fracassar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou a sua intervenção referindo ser necessário haver coragem para atacar o problema e resolvê-lo de uma vez por todas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No que diz respeito ao Centro Escolar de Alcanena, concretamente às acessibilidades, disse ter a CDU – Coligação Democrática Unitária, proposto, em Sessão de Assembleia Municipal, que a Autarquia contactasse o dono do terreno contíguo ao Centro Escolar para servir de estacionamento para os autocarros e encarregados de educação. Foi dito, nessa sessão de que já tinham existido diligências de se contactar o dono do terreno, mas nunca mais se deu conhecimento do desenvolvimento dos assuntos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No que diz respeito à segurança das obras, alertou que as obras que estão a decorrer no Mercado Municipal estão a ser efetuadas sem as devidas salvaguardas das condições de segurança. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado José Carlos Pereira** esclareceu que a sua intervenção vinha na sequência das duas intervenções já efetuadas em Reunião de Câmara, concretamente no que diz respeito à taxa de desemprego do Concelho. Afirmou que a percentagem de desemprego é muito maior que a que é anunciada. A Senhora Presidente referiu, em Reunião de Câmara, que o número de desempregados se estimava em noventa. No entanto, só numa empresa os despedimentos foram mais de trezentos. Trata-se de uma situação que a todos deve preocupar por se tratar de uma situação de oportunismo de alguns industriais porque muitos trabalhadores tiveram de gozar férias ilegalmente, outros foram despedidos em final de contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Referiu que o regresso à escola também deve ser visto com preocupação e ficou triste com a forma como foi conduzido o processo de encerramento da Escola Básica de Moitas Venda e que os maus cheiros estão a afastar as pessoas de viverem em Alcanena. O poluidor, que não são todos os industriais, prejudicam a população e os próprios industriais que cumprem e que leva a população a sair de Alcanena. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Disse ter estado presente na inauguração de uma ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais fora do Concelho de Alcanena que, a setenta metros após a saída da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais já existiam peixes, o que significa que é possível resolver-se o problema e quem não o quer resolver tem de ser punido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Acrescentou que a CDU – Coligação Democrática Unitária sempre defendeu a separação de interesses entre a AUSTRA- Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e a Câmara Municipal. Alertou para o facto de a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima não vir a tornar-se outra “raposa a guardar o galinheiro”. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse que as pessoas estão saturadas de não verem o problema resolvido. \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Joaquim Gomes** esclareceu que o problema do ambiente está na agenda e está-se consciente que se trata de um problema que afeta todos e que se trata de um problema que não se circunscreve à ETAR– Estação de Tratamento de Águas Residuais. Trata-se de um problema que afeta todos os autarcas que todos os dias trabalham em Alcanena. Disse ser a favor de manifestações desde que sejam pacíficas.

\_\_\_\_\_ Referiu que o grande problema que se verifica agora advém de um problema de ordenamento do território, os técnicos da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais dão todo o seu empenho na procura da melhoria do sistema e que o problema tem de ser solucionado. Disse ser urgente que a indústria de curtumes se concentre num único espaço. E tal não se faz em dez ou vinte anos. Disse ser preciso convencer as autoridades de que é importante a criação de um espaço circunscrito à indústria de curtumes onde ela se possa desenvolver como motor da região, a nível económico e ambiental. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Informou que o Partido Socialista estava solidário com a Câmara Municipal e a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu ser cidadão e também estar afetado com o problema, problema esse que não se resolve com divergência e com a procura dos culpados. O sistema é vulnerável e basta um pequeno derrame de um produto não permitido, por exemplo, de hidrocarbonetos, para que o sistema deixe de funcionar em pleno. Disse não existir uma varinha mágica para resolver o problema, mas é missão da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima tentar resolver o problema. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse ter de existir a capacidade de se encontrar o equilíbrio entre o trabalho e a indústria, o mau cheiro e o emprego. Tem de existir capacidade para se saber resolver o problema. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu estarem a ser estudadas todas as hipóteses, não existem paternidades de ideias e que as boas ideias sejam sancionadas por estudos objetivos e fundamentados. A AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima trabalhava com a convicção firme de que se trata de um problema do território e que não pode ser visto como um problema político-partidário. \_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Diretora Geral da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, Isabel Pires. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Diretora Geral da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima** reforçou, em nome de toda a equipa que trabalha na AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, o empenho e persistência na resolução do problema, sendo notório que é de todo o interesse que o problema se resolva. Disse que passou vinte anos da sua carreira profissional em Alcanena e que quando abraçou o atual desafio sabia que iria ser fácil, mas que todos juntos iriam ultrapassar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu que o último episódio perturbou o sistema de tratamento biológico, o qual é muito sensível e de recuperação lenta. Verificou-se o abaixamento dos níveis de oxigénio que se refletiu na criação de odores desagradáveis, devido a rejeição de compostos altamente tóxicos no sistema. Fez-se intervenção S.O.S para resolver a situação, sendo que estava a ser feito um estudo mais alargado de ação corretiva para resolver o problema na sua totalidade. Deu conhecimento que a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima dispõe de assessoria mais alargada, com tratamento a montante e na própria instalação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu gostar de falar em presente e futuro e não em passado. Cada qual tem a sua história pessoal, profissional e autárquica, sendo que alguns têm um percurso político maior que outros. Disse que alguns gostam de referência esse percurso como se tivesse sido o período da perfeição e que só agora é que está tudo mal feito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu que o primeiro grande erro que fez foi ter-se permitido a construção da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais na localização atual. A própria foi contra a instalação do CIRVER - Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos em Alcanena, o qual se instalou, posteriormente, na Chamusca.

\_\_\_\_\_ O segundo grande erro passou por se ter construído a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais tal como foi construída, próxima da população. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O terceiro grande erro foi o ordenamento do território e de se ter permitido ao longo dos anos as empresas se instalarem de forma dispersa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quem apanhou o processo na sequência de tantos erros tem o processo mais dificultado porque tem de corrigir os erros. O erro foi, também, que se os industriais quisessem uma ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais propriedade deles a teriam construído com dinheiros privados e não com dinheiros públicos. E os grandes

investimentos no sistema têm continuado a ser efetuados com dinheiros maioritariamente públicos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Depois da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e do sistema ter sido construído houve muitos anos de gestão da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais da responsabilidade da Luságua e depois muitos anos da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. Num ano de atividade a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima já tem trabalho realizado e bastava ler com atenção o Relatório enviado pela entidade para constatar tais factos. Os níveis de sulfuretos na água, carência química oxigénio ou sólidos suspensos já tiveram valores mais elevados e pretende-se baixar ainda mais tais níveis. Apesar de ainda ter só passado um semestre de dois mil e vinte, os caudais tratados na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais ultrapassam um vírgula dois milhões de metros cúbicos. Em dois mil e dezoito foram de um virgula quatro milhões de metros cúbicos e em dois mil e dezanove não chegou a um milhão de metros cúbicos, significando que os caudais tratados não são inferiores e, ainda que existam menos empresas, as que existem tornaram-se maiores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse que nos caudais referidos há que se ter em conta as águas pluviais pois todos os anos chove. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ As entidades competentes, Ministério do Ambiente, Secretaria de Estado do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente, entre outras, são das mais conhecedores do que acontece em Alcanena. Disse não se tratar de um processo solitário porque é feito com a colaboração de todos. Todos os dias se manifesta e quem trabalha consigo procura avaliar as ações e intervenções rápidas. Disse, também, sentir esse cheiro insuportável e não procurou sair de Alcanena para ir viver para outro paraíso, tal como se divulga. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse estar convicta de se estar num processo de melhoria pois, caso não tivesse existido Remodelação da Rede de Coletores nem imagina como estaria a rede, quando em alguns sítios já nem sequer existia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse ser conhecedora de quem fora o Secretário de Estado que assinou o Protocolo e qual foi o governo que aprovou o projeto. O Ministro Jorge Ferreira Silva olhou para o problema com seriedade que este merecia e veio repor o que o Governo PSD – Partido Social Democrata tinha retirado com a operação limpeza nos Fundos Comunitários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Acrescentou que os factos eram para serem encarados e ditos e disse não ter qualquer problema em se congratular positivamente com quem colaborou para o desenvolvimento do Concelho. Achar-se que a Câmara Municipal, AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima ou Presidente de Câmara são o problema, é, do seu ponto de vista, estar-se a distorcer a verdadeira dimensão do problema. A Câmara Municipal e a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima são partes interessadas na solução, envolvendo as diversas entidades nacionais e locais. A Câmara Municipal não virou as costas ao CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, APIC - Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes ou AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. Durante quase dois anos a Câmara Municipal procurou chegar a acordo com a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, por considerar que já não fazia sentido manter-se a concessão. Tratou-se de um processo enfrentado com grande coragem. Ao longo dos anos da concessão do sistema nunca houve o investimento necessário porque se assim o tivesse existido, o sistema não estaria no ponto em que se encontra. \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu que a Câmara Municipal foi dona da obra de Requalificação da Rede de Coletores. Na fase seguinte verificou-se a existência de esboços e desenhos sobre intervenções a efetua na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, principalmente num momento mais recente em que a Câmara Municipal já estava a diligenciar o termo da concessão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ As intervenções que se pretende fazer agora serão feitas, mas com base numa avaliação efetuada por entidades da especialidade. Deu conhecimento da existência de trabalho em curso, de grande diálogo e reflexão sobre as melhores soluções de intervenção no sistema. Passa por existir um maior controlo nas unidades industriais. Relembrou que em dois mil e dezassete o CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro indicou quatro medidas que deveriam ser implementadas pelas unidades industriais, medidas essas aprovadas pela AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e, por conseguinte, pelos industriais, com prazo definido, sendo que em dois mil e vinte, ultrapassado em larga escala o prazo, se verifica que mais de cinquenta por cento das unidades industriais nada fizeram. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Deu conhecimento que a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima fiscaliza as unidades industriais que não implementaram as medidas, mas também as que as implementaram, no sentido de avaliar o seu bom desempenho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima contratou mais um engenheiro do ambiente e uma engenheira química. Duplicou-se a fiscalização, ainda que seja necessária mais, pois o terreno é muito grande. Disse que a população também pode funcionar como entidade fiscalizadora pois o cheiro nem sempre vem da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e os próprios trabalhadores das unidades industriais sabem o que se passa nas indústrias. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Afirmou que, enquanto Presidente de Câmara, está a ser alvo de ameaças de morte e afirmou, também, que não tem medo e que continuará determinada a enfrentar os problemas porque acredita estar-se no bom caminho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Acrescentou que o processo é transparente e não existe nenhum documento que não seja tornado público. Não são apresentadas desculpas, mas sim factos e são desvalorizados porque os resultados não tiveram resultados imediatos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ As entidades que passaram investiram muito pouco na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais o que está a comprometer o trabalho da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. As fábricas são as mesmas e o que muda é o efluente e se esse efluente respeitasse os parâmetros de descarga constantes do Regulamento que ainda está em vigor e que foi aprovado pelos próprios industriais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Deu conhecimento que, pela primeira vez, estavam vários processos de contraordenação em curso. Quem não cumpre e que é identificado pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima é punido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse acreditar que o setor dos curtumes é compatível com o território, porque foi com orgulho que registou a marca “Alcanena Capital da Pele”. Denegrir a imagem da Câmara Municipal e do Concelho não é contribuir-se para o respeito pelo território. \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse que tem de se olhar olhos nos olhos e conversar com as pessoas. E foi isso que tem feito com os empresários. Apesar de os ter convidado muito em cima da hora, mas pelo facto de persistirem os odores, convidou-os a estarem presentes na última reunião do Observatório do Ambiente. E irá envolve-los, em setembro, para lhes



transmitir o que está a ser feito e a preocupação de que devem ser parte da solução, quer no que diz respeito à irradicação dos odores, quer no que diz respeito ao cumprimento da licença de rejeição do efluente no meio hídrico. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Afirmou ser importante as pessoas estarem esclarecidas e informadas, que não distorçam a informação. Agradeceu o empenho de todos para que se vire a página da má imagem associada ao Concelho e à indústria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Rui Anastácio** disse ter sido feita a alusão de defesa pela instalação do CIRVER - Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos, mas o próprio ser contra a instalação do CIRVER - Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos em Alcanena. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse ser concordante com a necessidade de grande investimento na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais pelo que o preocupa que a Câmara Municipal vá gastar mais de dois mil euros em Jardins em Alcanena. Disse ser necessário muito investimento pelo que endividar-se com jardins era um disparate absoluto. \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Acrescentou que, ao ouvir o discurso do Presidente da Assembleia Municipal, não conseguiu perceber se o mesmo foi enquanto Presidente da Assembleia Municipal ou como membro do Conselho de Administração. E tal não dignifica a sua posição de Membro da Assembleia Municipal quando intervém enquanto Membro do Conselho de Administração da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse ser Autarca no Concelho de Alcanena há muitos anos e já nos anos noventa em que era ativista em prol do ambiente, não se recorda de ver a Senhora Presidente nesses ativismos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais disse que paga os seus impostos no concelho de Alcanena, os seus avós e os seus pais viveram em Alcanena, vota em Alcanena e tem casa em Alcanena. Disse ser um cidadão de pleno direito na Assembleia Municipal e se existia algum Concelho que conhecia com a palma da mão era o Concelho de Alcanena. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Acrescentou que a Senhora Presidente disse que chegou à conclusão, em dois mil e dezassete, passados oito anos de ter tomado posse, que a solução apresentada era o melhor modelo. No entanto, para si, o melhor modelo era o que fosse o mais eficiente e o menos penosos para a população. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Senhora Presidente de Câmara** tranquilizou os presentes dizendo que não seria candidata à Câmara Municipal nas próximas Eleições, dado que as Assembleias Municipais iriam ter tendência para serem animadas. Disse não ter

entendido se a intervenção do Deputado Rui Anastácio tinha sido enquanto Membro da Assembleia Municipal ou se estava já em campanha eleitoral. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Deu conhecimento de que era Professora de profissão pelo que tinha grande sensibilidade para questões de natureza pedagógica e, portanto, deixava-a triste o encerramento de uma escola. Por sua vez, não se podia permitir que as crianças permanecessem na escola com um número reduzido de alunos. A lei que assim o determina data de dois mil e dez, pelo que ficou surpreendida pela indignação demonstrada sobre a matéria. Havendo alternativa, as escolas com menos de vinte e um alunos têm de encerrar pois deixam de ter autorização excecional de funcionamento. Portanto, com o Centro Escolar deixa de existir fundamento para a Câmara Municipal solicitar autorização excecional de funcionamento. Em abril, quando se comunicou o número de alunos, foi dada da indicação de dezoito alunos, pelo que não havia condições de se justificar pedido excecional de funcionamento quando outras escolas que estavam no mesmo pé de igualdade também iriam encerrar. Não poderia a Câmara Municipal ter uma atitude discricionária. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Voltou a afirmar ficar triste quando uma escola encerra. Quanto à acessibilidade do Centro Escolar de Alcanena, informou que a Escola fica com um pátio mais amplo, tem maior área de segurança e proteção na área exterior. Informou que já se iniciou o processo de contacto com os proprietários do terreno adjacente, porque apenas existe interesse em se adquirir a parte contígua à Escola e não todo o terreno. Caso o proprietário aceite, existem condições para se adquirir o terreno. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quanto à Requalificação do Mercado Municipal informou que a obra estava concluída, sendo que as obras que estão a decorrer dizem respeito a arranjos nos passeios. Esclareceu que iria solicitar o reforço da sinalização. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado José Carlos Pereira** esclareceu que, no que diz respeito aos problemas ambientais, foi o Partido Socialista sempre o responsável. Disse que a Senhora Presidente já pertencia ao Partido Socialista antes de ser Presidente de Câmara Municipal, enquanto Vereadora e enquanto Deputada. Se tivesse sido construída a Zona Industrial para acolher as indústrias de curtumes poderia não estar a existir a problemática. \_\_\_\_\_

## ORDEM DO DIA

\_\_\_\_\_ Pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 1 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira, Relação de Processos Judiciais em curso** (para conhecimento) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente, para conhecimento, uma informação subscrita pela Senhora Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município nos meses de junho e julho do corrente ano e respetiva situação financeira, bem como a Relação dos Processos Judiciais em curso com indicação da fase processual em que se encontram. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 2 – ATAS:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **- Ata n.º 2/2020, da Sessão Ordinária, realizada no dia 05/06/2020** (para deliberação) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente a Ata número dois/dois mil e vinte, da Sessão Ordinária realizada no dia cinco de junho de dois mil e vinte, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada a Ata número dois/dois mil e vinte, da Sessão Ordinária, realizada no dia cinco de junho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 3 - Pedido de utente para frequentar gratuitamente as piscinas para ele e para a esposa que tem incapacidade de 80% e tem de ser acompanhada** (Para deliberação) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente a Informação número cinco mil novecentos e noventa e oito, datada de cinco de junho findo, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que uma utente solicitou a isenção de pagamento da frequência nas Piscinas Municipais de Alcanena, por motivos de incapacidade física e insuficiência económica comprovada pelos Serviços Sociais do Município. O pedido é extensível a um acompanhante, considerando que a utente se encontra parcialmente dependente e se mobiliza com apoio de canadianas. Segundo os médicos que a acompanham, a frequência desta, nas piscinas, melhorariam significativamente a sua qualidade de vida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Considerando tratar-se de um pedido de isenção de uma taxa constante do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município, remete à Assembleia

Municipal para aprovação, considerando ser competência desta entidade a aprovação das isenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção de pagamento da frequência nas Piscinas Municipais de Alcanena, por motivos de incapacidade física e insuficiência económica, comprovada pelos Serviços Sociais do Município. A isenção é extensível a um acompanhante, pois comprovadamente a requerente não tem autonomia para frequentar sozinha as piscinas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 4 – Isentar do pagamento das taxas de ocupação dos terrados da Feira Semanal de Alcanena, durante o mês de junho de 2020 (para deliberação)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente a Informação número cinco mil novecentos e dezassete, de quatro de junho findo, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que deliberou isentar do pagamento das taxas de ocupação dos terrados da Feira Semanal de Alcanena, durante o mês de junho de dois mil e vinte, considerando que a Feira encerrou a dezassete de março de dois mil e vinte, tendo os feirantes pago a totalidade das taxas referentes ao mês de março e apenas reabriu a três de junho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Deliberou, também, remeter à Assembleia Municipal para ratificação, considerando ser competência desta entidade a aprovação das isenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Ratificada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção do pagamento das taxas de ocupação dos terrados da Feira Semanal de Alcanena, durante o mês de junho de dois mil e vinte, considerando que a Feira encerrou a dezassete de março de dois mil e vinte, tendo os feirantes pago a totalidade das taxas referentes ao mês de março e apenas reabriu a três de junho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 5 - Desistência da ocupação do lugar n.º 44, na Feira Semanal de Alcanena - Isentar do pagamento das taxas de ocupação do terrado do mês de julho de 2020 (Para deliberação)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente a Informação número oito mil duzentos e oitenta e quatro, datada de treze de julho corrente, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que a feirante que ocupa lugar número quarenta e quatro na Feira Semanal de Alcanena, solicitou desistência do lugar, por motivos de saúde e devido à situação de pandemia provocada pelo COVID-19 que o país atravessa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Refere que a interessada não apresentou o pedido com trinta dias de antecedência conforme exige o Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário das Feiras do Município de Alcanena, teria de pagar a fatura do mês de julho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No entanto, a interessada não compareceu em nenhuma feira do mês de junho e dado que se está a viver uma situação excecional, decorrente da COVID – 19. \_

\_\_\_\_\_ Face à situação pandémica, a Feira encerrou a dezassete de março de dois mil e vinte, tendo os feirantes pago a totalidade das taxas referentes ao mês de março. Reabriu a três de junho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Propõe que a requerente seja isenta do pagamento da fatura do mês de julho.

\_\_\_\_\_ Deliberou, também, remeter à Assembleia Municipal para aprovação, considerando ser competência desta entidade a aprovação das isenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção do pagamento das taxas de ocupação do terrado do mês de julho de dois mil e vinte, referente ao lugar número quarenta e quatro, na Feira Semanal de Alcanena, por a feirante que ocupava aquele lugar não ter comparecido em nenhuma feira do mês de junho e ter desistido do mesmo, por motivos de saúde e devido à situação de pandemia provocada pelo COVID-19 que o país atravessa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 6 - Aplicação de uma redução de 50 % à renda devida pela empresa Ibero Life, relativamente ao restaurante dos Olhos de Água (Para deliberação)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente o Despacho número oito mil seiscentos e seis, datado de quinze de julho corrente, enviada pela Câmara Municipal, no qual a Senhora Presidente da Câmara determinou, no uso das competências legalmente previstas e conferidas pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, no seguimento da publicação à Lei número dezassete/dois mil e vinte, de vinte e nove de maio, que procede à primeira alteração da Lei número quatro-C/dois mil e vinte, de seis de abril, que veio consagrar o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, e considerando que no âmbito de aplicação do regime das moratórias, no que respeita aos arrendamentos (habitacionais, não habitacionais) e contratos de exploração onerosa de espaços para fins comerciais se mostra possível determinar a suspensão, redução ou isenção das rendas devidas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A aplicação de uma redução de cinquenta por cento à renda devida pela empresa Ibero Life, Limitada, nos termos previstos nos artigos sétimo e oitavo do citada Lei aos contratos celebrados com o Município de Alcanena, em virtude de: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - No dia quatro de abril de dois mil e vinte, ter sido solicitada, por parte do requerente, a antecipação do termo do Contrato Concessão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - No dia vinte de maio de dois mil e vinte, ter sido solicitado por parte do requerente, ao contrário do anteriormente referido, o desejo em manter o contrato de concessão até à data previamente definida, trinta de setembro de dois mil e vinte, informando, contudo, que, devido às medidas restritivas em vigor, apenas mantinha em funcionamento o Quiosque, para venda de gelados, bebidas, bolos, sandes e cafés; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A Câmara Municipal de Alcanena, ter deliberado, na sua Reunião realizada em um de junho de dois mil e vinte, que não pretende renovar o contrato de concessão acima mencionado, pelo que o mesmo caducará no seu termo normal, sendo o último dia de vigência o dia trinta de setembro de dois mil e vinte, facto comunicado por Ofício. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - O Restaurante estar encerrado, por imposição da legislação e das diretivas emanadas pela Direção-Geral de Saúde e pelo Governo Português, durante o Estado de Emergência, no âmbito da Covid-19; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A exploração do equipamento se tornar economicamente inviável face à redução em cinquenta por cento da taxa de ocupação do espaço, de acordo com as regras do desconfinamento gradual em curso e do Estado de Alerta atualmente em vigor, nesta região. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O presente Despacho foi ratificado pela Câmara Municipal na sua Reunião realizada em vinte do corrente mês de julho, tendo sido, também, deliberado remeter o mesmo à Assembleia Municipal para ratificação, considerando ser competência desta entidade a aprovação das isenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Ratificada a aplicação de uma redução de cinquenta por cento à renda devida pela empresa Ibero Life, Limitada, nos contratos celebrados com o Município de Alcanena, em virtude de: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - No dia quatro de abril de dois mil e vinte, ter sido solicitada, por parte do titular, a antecipação do termo do Contrato Concessão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - No dia vinte de maio de dois mil e vinte, ter sido solicitado por parte do requerente, ao contrário do anteriormente referido, o desejo em manter o contrato de concessão até à data previamente definida, trinta de setembro de dois mil e vinte,

informando, contudo, que, devido às medidas restritivas em vigor, apenas mantinha em funcionamento o Quiosque, para venda de gelados, bebidas, bolos, sandes e cafés; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A Câmara Municipal de Alcanena, ter deliberado, na sua Reunião realizada em um de junho de dois mil e vinte, que não pretende renovar o contrato de concessão acima mencionado, pelo que o mesmo caducará no seu termo normal, sendo o último dia de vigência o dia trinta de setembro de dois mil e vinte, facto comunicado por Ofício, em carta registada, a três de julho de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - O Restaurante estar encerrado, por imposição da legislação e das diretivas emanadas pela Direção-Geral de Saúde e pelo Governo Português, durante o Estado de Emergência, no âmbito da Covid-19; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A exploração do equipamento se tornar economicamente inviável face à redução em cinquenta por cento da taxa de ocupação do espaço, de acordo com as regras do desconfinamento gradual em curso e do Estado de Alerta atualmente em vigor, nesta região. \_\_\_\_\_

**PONTO 7 - Contas Consolidadas do Município de Alcanena - ano de 2019 (Para deliberação)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presentes, para apreciação, os Documentos das Contas Consolidadas do Município de Alcanena, referentes ao ano de dois mil e dezanove. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os Documentos acima referidos foram aprovados na Reunião de Câmara realizada no dia vinte do corrente mês de julho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Senhora Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Referiu que em junho se aprovara as Contas do Município referentes ao ano de dois mil e dezanove, sendo que a consolidação de contas decorre da Lei das Finanças Locais que refere que a Câmara deve consolidar contas com as entidades em que possui maioria do capital ou seja detentora de controlo sobre as mesmas, sendo no caso em concreto a Associação Centro Ciência Viva do Alviela, AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Rui Anastácio** informou que os Deputados eleitos pelo Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro se iriam abster da votação, em coerência com o voto proferido quanto ao Relatório de Contas do Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Ivo Santos** disse ter algumas dúvidas, após ter consultado o documento das Contas da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento

de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, no que respeita ao parecer emitido pelo Conselho Consultivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu que, de acordo com o Parecer Número um/dois mil e vinte, do Concelho Consultivo da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, relativo ao Relatório de Gestão, Atividades e Contas de dois mil e dezanove, está a ser efetuado o levantamento da rede cadastral para se perceber a possível origem de infiltrações, e a necessidade de eventuais correções em alguns troços, de forma a poderem ser realizadas dentro do período de garantia da obra. Informou que a obra da remodelação da rede de coletores foi inaugurada em dois mil e dezasseis e não em dois mil e dezassete como é mencionado no documento. Referiu que a rede de coletores industriais se encontra ainda no período de garantia da obra. Dado que normalmente o prazo de garantia das obras é de cinco anos, e dado que já passaram quatro anos desde que a obra foi concluída, questionou sobre o impacto que poderá ter nas contas da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, caso se detetem anomalias não corrigidas durante o período de garantia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Voltou a fazer referência ao facto de quando chove, as caixas de visita transbordarem frequentemente devido a entrada de águas pluviais na rede industrial. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Senhora Presidente da Câmara** referiu ter tido dificuldade em entender sobre que documentos se estava a referir o Deputado Ivo Santos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Ivo Santos** esclareceu que se tratava do documento aprovado pelo Conselho Consultivo e que serviu de base para o Conselho de Administração da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, do qual fazem parte a Senhora Presidente, na reunião de vinte e cinco de maio, aprovar o Relatório de Gestão, Atividades e Contas dois mil e dezanove. Deliberar a sua aprovação significa conhecer o documento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Senhora Presidente de Câmara** respondeu que ser membro do Conselho de Administração significava um sentido de responsabilização e de grande entrega, a duplicar, ao serviço público. Recordou que nenhum dos três membros do Conselho de Administração é remunerado pelos serviços prestados. Formalizou o convite ao Deputado Ivo Santos, ao líder de bancada do PSD – Partido Social Democrata e ao líder de bancada do PS – Partido Socialista para a substituírem, visto que são todos conhecedores e sapientes da realidade do Concelho. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ Afirmou que questionou o Deputado Ivo Santos quanto à sua intervenção apenas pelo facto de o Deputado falar muito rápido e não ter conseguido acompanhar o discurso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Rui Anastácio** esclareceu que não é líder de bancada do PSD – Partido Social Democrata, mas sim do Grupo de Cidadãos Por Alcanena – Um Concelho com Futuro. No que respeita ao convite, informou a Senhora Presidente que poderia formalizar o mesmo, por escrito, com respetiva fundamentação. Afirmou que a Senhora Presidente de Câmara tinha “o menino nos braços” porque assim o quis e, portanto, teria de o levar até ao fim. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Ivo Santos** esclareceu que as intervenções da CDU – Coligação Democrática Unitária sempre tem tido na Assembleia Municipal foram sempre coerentes com o que defendem. Recordou a separação entre a Câmara Municipal e a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e sobre essa matéria muitos foram contra a posição da CDU – Coligação Democrática Unitária, na última sessão de Assembleia Municipal muitos dos que foram no passado contra a posição da CDU – Coligação Democrática Unitária, vieram agora votar no sentido certo e no que sempre defendemos. Acrescentou que quando se delibera sobre algum assunto ou documento deve-se ter conhecimento do mesmo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Deputado Joaquim Gomes** esclareceu, na qualidade de membro do Conselho Consultivo da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, que o Conselho Consultivo emitiu recomendações ao Conselho de Administração quanto aos documentos apresentados. \_

\_\_\_\_\_ Esclareceu, também, que a Luságua não foi gestora do sistema de tratamento, como afirmado pela Senhora Presidente. A Luságua foi contratada pela AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, em regime de prestação de serviços, pelo que apenas pode responder pela prestação de serviços e que não tinha qualquer responsabilidade de investir no sistema.

\_\_\_\_\_ Esclareceu, ainda, que a sua posição passa apenas por resolver os problemas encontrados sem nunca ultrapassar os outros, em respeito pela oposição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por maioria, com onze abstenções e dezasseis votos a favor:** - \_Apreciados e aprovados os Documentos das Contas Consolidadas do Município de Alcanena, referentes ao ano de dois mil e dezanove. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Abstiveram-se** os Deputados Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Maria da

Luz Manha, Joaquina de Fátima Ramalho e Marlene Carvalho, Ivo Santos e José Carlos Pereira. \_\_\_\_\_

**PONTO 8 - Proposta de Transferência de Competências do Município para as Freguesias - Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril (Para deliberação)**

\_\_\_\_\_ Presente a Proposta número 8598, datada de 15/07/2020, enviada pela Câmara Municipal, propondo, no âmbito da Transferência de Competências do Município para as Freguesias, que a Assembleia Municipal aprove, considerando os pareceres enviados pelas sete Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia, as transferências de competências para as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia, conforme o disposto no número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, nomeadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A gestão e manutenção de espaços verdes; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados (com exceção da feira e mercado municipal de Alcanena); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A transferência de recursos financeiros com vista ao exercício das competências acima referidas, será posteriormente formalizada através de um Auto de Transferência de Recursos no montante global de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), para o ano de dois mil e vinte e um, e distribuído da seguinte forma: \_\_\_\_\_

Freguesia / União de Freguesias	Valor	Valor a atribuir €	Valor	Valor	Valor	VALOR TOTAL	Valor Mensal
	Espaços Verdes a), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros b), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Mobiliário Urbano c), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Estabelecimentos Educação (40% Edifícios) e), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Estabelecimentos Educação (60% Envolventes) f), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	A ATRIBUIR	
União das Freguesias de ALCANENA e VILA MOREIRA	22 381	45 236	11 122	3 364	5 046	87 149	7 262
BUGALHOS	17 724	27 106	8 990	841	1 261	55 922	4 660

União das Freguesias de MALHOU, LOURICEIRA e ESPINHEIRO	36 356	59 895	18 955	2 103	3 154	120 463	10 039
MINDE	25 593	45 042	8 978	6 728	10 092	96 433	8 036
MOITAS VENDA	9 330	18 701	4 333	841	1 262	34 467	2 872
MONSANTO	18 804	26 185	10 897	841	1 262	57 989	4 832
SERRA DE SANTO ANTÓNIO	11 469	23 427	8 476	1 682	2 523	47 577	3 965
Total	141 657	245 592	71 751	16 400	24 600	500 000	41 667

\_\_\_\_\_ Que aprove, também, ao abrigo do número três, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, as competências que devem manter-se no âmbito de intervenção do Município, conforme Proposta da Câmara Municipal sobre a Transferência de Competências do Município de Alcanena para as Freguesias, nomeadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ g) A utilização e ocupação da via pública; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ j) A autorização da colocação de recintos improvisados; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por maioria com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aprovadas, considerando os pareceres enviados pelas sete Juntas de Freguesia e de União de Freguesia, as transferências de competências para as Juntas de Freguesia e de União de Freguesia, conforme o disposto no número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, nomeadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A gestão e manutenção de espaços verdes; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados (com exceção da feira e mercado municipal de Alcanena); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A transferência de recursos financeiros com vista ao exercício das competências acima referidas, será posteriormente formalizada através de um Auto de Transferência de Recursos no montante global de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), para o ano de dois mil e vinte e um, e distribuído da seguinte forma: \_\_\_\_\_

Freguesia / União de Freguesias	Valor	Valor a atribuir €	Valor	Valor	Valor	VALOR TOTAL	Valor Mensal
	<b>Espaços Verdes</b>  a), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros</b>  b), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Mobiliário Urbano</b>  c), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Estabelecimentos Educação (40% Edifícios)</b>  e), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>Estabelecimentos Educação (60% Envolventes)</b>  f), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	<b>A ATRIBUIR</b>	
<b>União das Freguesias de ALCANENA e VILA MOREIRA</b>	22 381	45 236	11 122	3 364	5 046	<b>87 149</b>	<b>7 262</b>
<b>BUGALHOS</b>	17 724	27 106	8 990	841	1 261	<b>55 922</b>	<b>4 660</b>
<b>União das Freguesias de MALHOU, LOURICEIRA e ESPINHEIRO</b>	36 356	59 895	18 955	2 103	3 154	<b>120 463</b>	<b>10 039</b>
<b>MINDE</b>	25 593	45 042	8 978	6 728	10 092	<b>96 433</b>	<b>8 036</b>
<b>MOITAS VENDA</b>	9 330	18 701	4 333	841	1 262	<b>34 467</b>	<b>2 872</b>
<b>MONSANTO</b>	18 804	26 185	10 897	841	1 262	<b>57 989</b>	<b>4 832</b>
<b>SERRA DE SANTO ANTÓNIO</b>	11 469	23 427	8 476	1 682	2 523	<b>47 577</b>	<b>3 965</b>
<b>Total</b>	<b>141 657</b>	<b>245 592</b>	<b>71 751</b>	<b>16 400</b>	<b>24 600</b>	<b>500 000</b>	<b>41 667</b>

\_\_\_\_\_ Aprovadas, também, ao abrigo do número três, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, as competências que devem manter-se no âmbito de intervenção do Município, conforme Proposta da Câmara Municipal sobre a Transferência de Competências do Município de Alcanena para as Freguesias, nomeadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ g) A utilização e ocupação da via pública; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ j) A autorização da colocação de recintos improvisados; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos e José Carlos Pereira. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 9 - Proposta de Afetação ao Domínio Público de 2 prédios urbanos, no âmbito da Empreitada n.º 04/DPGOM/2020 – “Demolição de Casa Degradada na Rua da Cova em Alcanena e Arranjo Urbanístico Envolvente”** (Para deliberação) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente a Proposta número oito mil quinhentos e noventa e oito, datada de quinze de julho corrente, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que na Reunião realizada em vinte do corrente mês de julho, deliberou propor a este Órgão Deliberativo que delibere autorizar a Afetação ao Domínio Público Municipal dos dois prédios urbanos a demolir, para criação de espaço de estacionamento e melhoria de acesso ao edifício dos Serviços Sociais do Município, e a seguir identificados, ratificando todo o processado, já que é competência deste Órgão a afetação de bens ao domínio público municipal, nos termos do disposto na alínea q), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prédio urbano, sito na Rua da Cova, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo duzentos e doze, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo seiscentos e oitenta e três, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil oitocentos e setenta e oito, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena, pela apresentação mil setecentos e trinta e seis, de sete de fevereiro de dois mil e treze; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prédio urbano, sito na Rua Doutor Manuel de Arriaga, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo cento e cinquenta, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo quatrocentos e setenta e cinco, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil trezentos e quarenta e dois, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena pela inscrição G-Dois, apresentação um, de vinte e três de abril de dois mil e três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Autorizar a Afetação ao Domínio Público Municipal dos dois prédios urbanos a demolir, para criação de espaço de estacionamento e melhoria de acesso ao edifício dos Serviços Sociais do Município e a seguir identificados, ratificando todo o processado, nos termos do disposto na alínea q) do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prédio urbano, sito na Rua da Cova, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo duzentos e doze, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo seiscentos e oitenta e três, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil oitocentos e setenta e oito, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena pela apresentação mil setecentos e trinta e seis de sete de fevereiro de dois mil e treze; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prédio urbano, sito na Rua Doutor Manuel de Arriaga, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo cento e cinquenta, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo quatrocentos e setenta e cinco, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil trezentos e quarenta e dois, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena pela inscrição G-Dois, apresentação um, de vinte e três de abril de dois mil e três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 10 – Abertura de Procedimento de Consulta Prévia APR n.º 03/2020 - Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente Ano Letivo 2020/2021 (Para deliberação)**

\_\_\_\_\_ Presente a Informação número oito mil trezentos e setenta e cinco, datada de catorze de julho corrente, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que autorizou a Abertura do Procedimento de Consulta Prévia, APR número zero três/dois mil e vinte - Fornecimento e Distribuição Agregado de Refeições Escolares em regime de confeção local e transportadas a quente - Ano Letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte

e um, com consulta a todas as entidades selecionadas no Acordo Quadro celebrado através da Central de Compras da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, aprovando as Peças do Procedimento apresentadas, nomeadamente Caderno de Encargos e respetivos anexos e Convite. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Deliberou, também, solicitar que a Assembleia Municipal que autorize a Assunção de Compromissos Plurianuais, com o preço base a fixar para o presente Procedimento, bem como o valor para efeitos da escolha e competência de autorização a despesa, de 238.493,15€ (duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e noventa e três euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Atendendo ao valor do preço base fixado estima-se a seguinte Repartição de Encargos: \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte: 108.054,72 (cento e oito mil e cinquenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos) com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e um: 161.442,54€ (cento e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Autorizada a Assunção de Compromissos Plurianuais, referentes ao Procedimento de Consulta Prévia, APR número zero três/dois mil e vinte - Fornecimento e Distribuição Agregado de Refeições Escolares, em regime de confeção local e transportadas a quente - Ano Letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, com consulta a todas as entidades selecionadas no Acordo Quadro celebrado através da Central de Compras da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com o preço base a fixar para o presente procedimento, bem como o valor para efeitos da escolha e competência de autorização a despesa, de 238.493,15€ (duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e noventa e três euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Atendendo ao valor do preço base fixado estima-se a seguinte Repartição de Encargos: \_ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte: 108.054,72 (cento e oito mil e cinquenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos) com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e um: 161.442,54€ (cento e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos e José Carlos Pereira. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PONTO 11 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 08/04/2020 a 03/06/2020 (para conhecimento)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presente a Informação número cinco mil novecentos e oitenta e oito, datada de quatro de junho findo, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a listagem acima referida, em cumprimento da proposta aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de vinte e quatro de novembro de dois mil e dezassete, aquando da emissão da autorização prévia genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. \_\_\_\_\_



### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e seis minutos,** declarou encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo a Mesa da Assembleia, seguidamente, fixado o Período de Intervenção Aberto ao Público, sem estabelecer limite de tempo, o qual duraria até serem atendidas todas as pessoas presentes na sala, ou que, entretanto, chegassem, ou quisessem solicitar esclarecimentos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Solicitou do uso da palavra o Senhor José Gabriel Pereira.** Disse que a sua intervenção era enquanto membro da Direção da Comissão da Luta Contra a Poluição do Alviela – CAPA. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse que a CLAPA - Comissão da Luta Contra a Poluição do Alviela é uma das associações ambientalistas mais antigas do país. Demonstrou a disponibilidade da CLAPA - Comissão da Luta Contra a Poluição do Alviela em integrar o Observatório Ambiental porque querem fazer parte da solução e que o flagelo acabe de uma vez por todas. \_ \_ \_

\_\_\_\_\_ Disse que, na opinião da CLAPA - Comissão da Luta Contra a Poluição do Alviela, o problema da poluição é um problema político para o qual tem de haver vontade política. Os governantes da Administração Central, Regional e Local têm um papel muito importante na resolução desta problemática que envolve o Rio Alviela. \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **O Senhor Presidente da Assembleia** disse ter entendido que a CLAPA - Comissão da Luta Contra a Poluição do Alviela estava a formular proposta de inclusão no Observatório do Ambiente pelo que iria remeter esse pedido à Câmara Municipal, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, nos termos regimentais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **A Senhora Presidente da Câmara** informou que a Câmara Municipal de Alcanena aceitaria o pedido de integração no Observatório Ambiental, podendo a entidade efetuar o pedido à Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esclareceu existir uma visão abrangente de integração de entidades no Observatório Ambiental, tanto que na última sessão que se realizou convidou-se a Câmara Municipal de Santarém, União de Freguesias de Casével e Vaqueiros e Junta de Freguesia de Pernes, que, infelizmente, não se fizeram representar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Concluiu dizendo que são todos bem-vindos e todos são importantes numa ótica de colaboração positiva para se acabar com o flagelo ambiental. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Eram vinte e três horas e dezassete minutos, foi encerrada a sessão, tendo a Ata sido lida e aprovada, em Minuta, por unanimidade.** \_\_\_\_\_